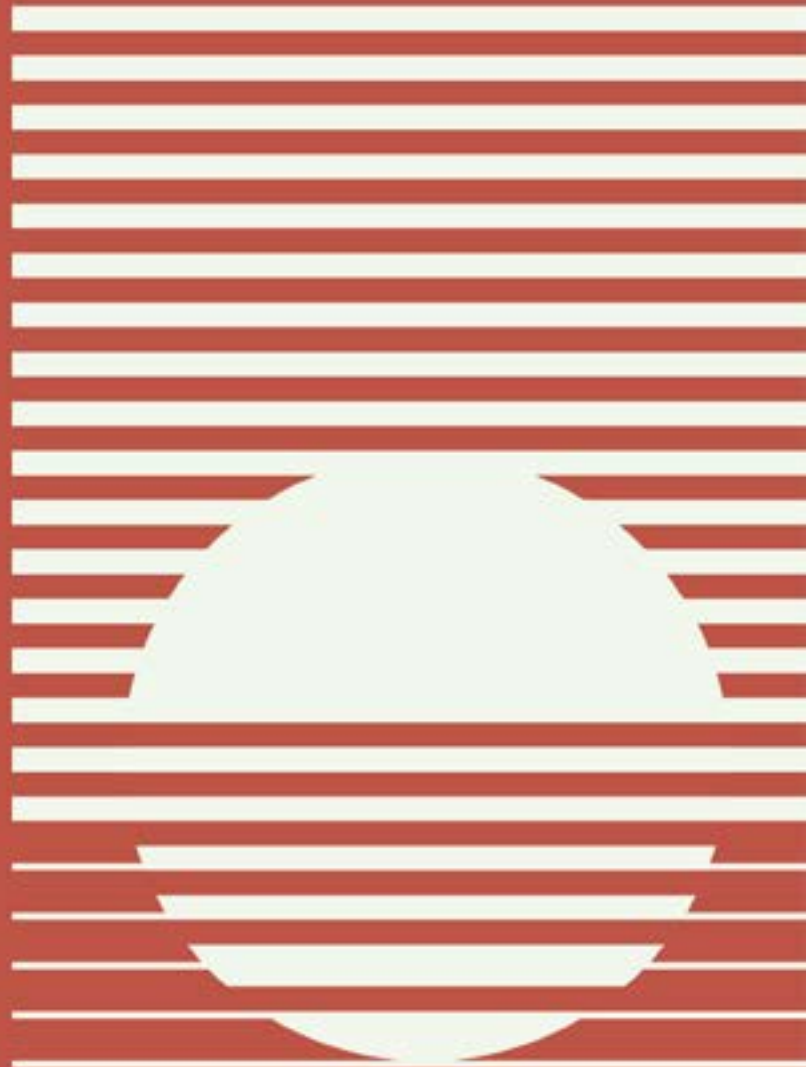


ISSN 2526-5822

# CONJUNTURA



**01-02**  
**2026**



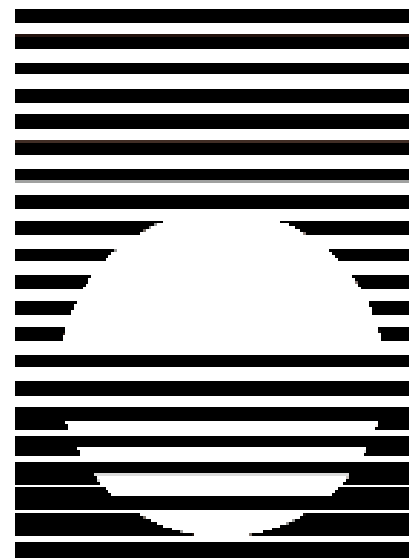
# CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).



## Corpo Editorial

**Editor Executivo:** Guilherme Fritz.

**Conselho Editorial:** Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque.

**Editoria de Redação:** Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Marília Closs, Matheus Petrelli, Lucas Berti, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista.

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).  
Rua da Matriz 82, Botafogo  
Rio de Janeiro, RJ  
CEP: 22260-100 – Brasil  
Tel: +55 (21) 2266-8300

**OPSA**

[opsa.com.br](http://opsa.com.br)



## **SUMÁRIO**

### **Página 04**

EUA invadem Venezuela e sequestram Nicolás Maduro

Tarifaço dos EUA contra o Brasil é reduzido, mas divergências políticas prosseguem

### **Página 05**

Lula visita Panamá, Índia e Coreia do Sul em novo esforço para diversificar relações do Brasil

Petro e Trump se encontram na Casa Branca após invasão estadunidense à Venezuela

### **Página 06**

Projeto de cabo submarino entre Chile e China provoca crise diplomática com os EUA

Uruguai amplia presença global com liderança no G77 e aproximação com a China

### **Página 07**

Argentina e Estados Unidos reforçam seus laços comerciais e diplomáticos

Congresso argentino aprova lei que restringe direitos trabalhistas

### **Página 08**

Congresso destitui outro presidente e reforça ciclo de instabilidade e desconfiança no Peru

### **Página 09**

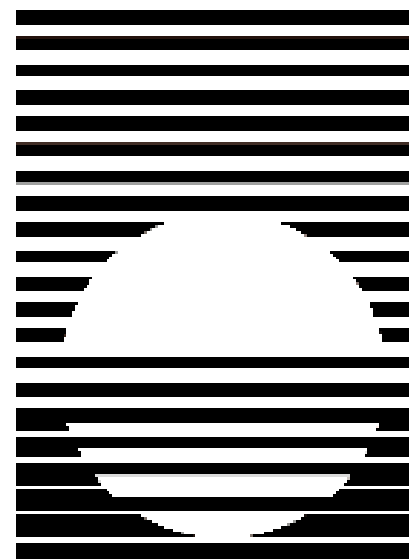
Tensão comercial e política interna marcam o início de 2026 no Equador

Depois de 26 anos, acordo Mercosul-União Europeia é assinado

### **Página 10**

Parlamentos de Argentina e Uruguai ratificam texto do Acordo Mercosul-UE

Presidente da Guiana recebe homenagem em Roraima e propõe criação de força-tarefa conjuntas



## EUA invadem Venezuela e sequestram Nicolás Maduro

Na madrugada do dia 3 de janeiro, o presidente venezuelano Nicolás Maduro e sua esposa, Cilia Flores, foram sequestrados pelo governo dos Estados Unidos. Em uma operação conduzida por uma unidade de operações especiais de elite do Exército estadunidense, Maduro e Flores foram capturados enquanto a capital do país, Caracas, e outras três regiões, Miranda, Aragua e La Guaira, sofriam bombardeios. Diosdado Cabello, ministro do Interior da Venezuela, afirmou que 100 pessoas foram mortas na ação. Maduro foi levado para Nova York e será julgado por quatro crimes ligados ao narcotráfico. A reação internacional à invasão foi ampla. Países da região, como Brasil, Colômbia e Chile, condenaram a ação, classificando-a como uma violação do direito internacional. Já o governo argentino solicitou aos EUA a extradição de Maduro, por crimes cometidos contra a humanidade. A União Europeia também condenou a operação e defendeu que a transição seja conduzida pelos próprios venezuelanos. O governo chinês exigiu a liberação de Maduro. Delcy Rodríguez foi nomeada pelo Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela como presidente interina, sendo reconhecida pelas forças armadas no dia 4 de janeiro. Em comunicado, Rodríguez adotou tom mais conciliatório, convidando os EUA a trabalhar junto em uma agenda de cooperação visando o desenvolvimento compartilhado. No dia 7 de janeiro, o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, afirmou existir um plano de três etapas para a Venezuela: estabilização, recuperação e transição. No dia 14 de janeiro, Rodríguez e Trump realizaram uma conversa por telefone, classificada por ambos como “positiva”. No final do mês, no dia 29, os EUA aliviaram algumas das sanções impostas ao setor petrolífero da Venezuela, emitindo uma licença geral para empresas que queiram atuar no setor. Nesse mesmo dia, o parlamento venezuelano aprovou uma nova lei de hidrocarbonetos, flexibilizando a atuação de empresas estrangeiras no setor. Já no dia 19 de fevereiro, a presidente Rodríguez promulgou uma Lei de Anistia para crimes políticos cometidos desde 1999, após aprovação por unanimidade no parlamento. A saída de Maduro da presidência, portanto, alterou o cenário político do país, mas com mudanças graduais e negociadas entre os EUA e o chavismo.

**Fontes:** [Folha de São Paulo](#), 03/01/2026; [Carta Capital](#), 04/01/2026; [Folha de São Paulo](#), 04/01/2026; [CNN Brasil](#),

04/01/2026; [G1](#), 05/01/2026; [Folha de São Paulo](#), 05/01/2026; [CNN Brasil](#), 07/01/2026; [Terra](#), 08/01/2026; [Agência Brasil](#), 15/01/2026; [Agência Brasil](#), 30/01/2026; [Opera Mundi](#), 22/02/2026.

## Tarifaço dos EUA contra o Brasil é reduzido, mas divergências políticas prosseguem

Em janeiro e fevereiro de 2026, as relações entre Brasil e EUA foram marcadas por discordâncias político-diplomáticas em meio a mudanças na relação comercial. No dia 4 de janeiro, durante reunião do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre a invasão dos EUA à Venezuela e a posterior prisão do presidente Nicolás Maduro, o chanceler Mauro Vieira definiu o episódio como um “sequestro”, em violação ao direito internacional. A posição foi reiterada publicamente em 6 de janeiro pelo representante brasileiro na OEA, Embaixador Benoni Belli. Apesar do atrito, houve diálogo direto entre Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump por telefone, em 26 de janeiro. Lula enfatizou a necessidade de paz na Venezuela e de uma reforma no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Também propôs ampliar a cooperação bilateral no combate ao crime organizado, incluindo lavagem de dinheiro, tráfico de armas e intercâmbio de dados financeiros. Além disso, Lula manifestou interesse no convite feito ao Brasil para integrar o Conselho da Paz – criado por Trump, em janeiro, como uma instância, presidida por ele, para pautar políticas na Faixa de Gaza e em outras partes do mundo – desde que autoridades palestinas também sejam incluídas. Por sua vez, na dimensão comercial da relação, a Suprema Corte dos EUA anulou, em 20 de fevereiro, o decreto de Trump que havia elevado, em 2025, tarifas de importação de forma discricionária contra diversos países, sem consultar o Congresso. Após a decisão, a Casa Branca anunciou uma nova tarifa global de 15%, em uma medida que terá de ser avaliado pelos parlamentares em 150 dias. A mudança significou uma redução substancial do “tarifaço” de 50% que estava vigente contra diversos produtos do Brasil até então. Por fim, no dia 27 de fevereiro, o governo Trump anunciou a nomeação de Darren Beattie como assessor para assuntos relacionados ao Brasil. Beattie é crítico do Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, tendo-o acusado previamente de censurar e perseguir o ex-presidente Jair Bolsonaro.

**Fontes:** [Folha de S. Paulo](#), 06/01/2026; [Agência Brasil](#), 26/01/2026; [Valor Econômico](#), 23/02/2026; [G1](#), 27/02/2026.

## Lula visita Panamá, Índia e Coreia do Sul em novo esforço para diversificar relações do Brasil

Em janeiro e fevereiro de 2026, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou três viagens internacionais, com foco em integração regional, governança digital e expansão comercial. Em 27 e 28 de janeiro, Lula viajou ao Panamá para participar, como convidado de honra, do Fórum Econômico Internacional da América Latina. Em discurso no evento, defendeu o fortalecimento da presença brasileira na região, enfatizou a necessidade de parcerias para agregar valor a minerais críticos e, em uma crítica indireta à invasão da Venezuela pelos EUA, criticou investidas neocoloniais, afirmando que a principal guerra da América Latina deve ser contra a fome e a desigualdade. Além disso, Brasil e Panamá assinaram um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos. Posteriormente, entre 17 e 21 de fevereiro, Lula foi à Índia, onde participou da 2ª Cúpula de Impacto da Inteligência Artificial e realizou uma visita de Estado. Em discurso durante a Cúpula, alertou para os riscos da IA à democracia, como desinformação e uso de armas autônomas, e defendeu a regulamentação global das big techs no âmbito ONU. No âmbito bilateral, Brasil e Índia assinaram 11 acordos de cooperação, com destaque para um memorando sobre terras raras e minerais críticos, o primeiro do tipo firmado pelo Brasil. Na sequência, Lula viajou para a Coreia do Sul, entre 22 e 24 de fevereiro. A visita resultou na assinatura de 10 acordos de cooperação, especialmente na área de agronegócio, em temas como a retomada das negociações para a abertura do mercado sul-coreano à carne bovina, a ampliação das exportações de carne suína, ovos e mangas pelo Brasil e o compromisso de destravar o acordo Mercosul–Coreia do Sul ainda em 2026.

**Fontes:** [Valor Econômico](#), 29/01/2026; [UOL](#), 19/02/2026; [Agência Brasil](#), 21/02/2026; [Poder 360](#), 25/02/2026.

## Petro e Trump se encontram na Casa Branca após invasão estadunidense à Venezuela

No dia 4 de janeiro, após invadir a Venezuela e sequestrar seu presidente, Nicolás Maduro, Donald Trump, líder dos EUA, afirmou que uma operação militar similar na Colômbia “soa bem”. Segundo o mandatário estadunidense, o governo colombiano é comandado por um “homem doente” e Gustavo Petro gostaria de “produzir cocaína e vender aos EUA”. Após a ameaça à soberania de seu país, o presidente da Colômbia, por meio de sua rede social, demandou que seu homólogo parasse de o “difamar”. Além disso, Petro, solicitou que a população tomasse o “poder em cada município do país” caso sofresse “qualquer ato ilegítimo de violência”. Já no âmbito regional, o presidente buscou apoio do governo brasileiro graças ao receio “de que Washington não limite suas ações ao país vizinho”. Em contato com técnicos do Itamaraty, o governo colombiano tinha, como principal objetivo, encontrar meios de proteção internacional. Cerca de três dias após o ápice do tensionamento nas relações entre Colômbia e EUA, Petro e Trump, em 8 de janeiro, se reuniram por meio de uma conversa telefônica. Considerada uma “honra” pela liderança estadunidense, a chamada marcou a retomada do diálogo mais próximo entre os países, culminando no agendamento da visita de Petro à Casa Branca. Tal encontro, que ocorreu no dia 4 de fevereiro a portas fechadas, promoveu certa distensão na relação, ainda que sem avanços concretos. Dentre as principais temáticas tratadas, destacam-se debates iniciais para combate ao narcotráfico, a principal fonte das reprimendas de Trump ao governo de Petro. Apesar das críticas da liderança colombiana aos ataques estadunidenses a barcos no Caribe e no Pacífico, um dia após a reunião, os países realizaram uma operação conjunta, na qual foi apreendido um submarino com quase 10 toneladas de cocaína.

**Fontes:** [El Tiempo](#), 04/01/2026; [G1](#), 04/01/2026; [CNN Brasil](#), 05/01/2026; [Metrópoles](#), 05/01/2026; [BBC](#), 08/01/2026; [BBC](#), 04/02/2026; [Gazeta do Povo](#), 09/02/2026.

## Projeto de cabo submarino entre Chile e China provoca crise diplomática com os EUA

Em fevereiro de 2026, as relações diplomáticas entre o Chile e os Estados Unidos foram tensionadas como consequência de um projeto estratégico de infraestrutura digital entre uma empresa chinesa e uma empresa chilena. O projeto, denominado “Chile-China Express”, prevê a construção de um cabo submarino de fibra óptica entre o Chile e a China. Se executado, o projeto reduzirá a dependência de rotas de dados que passam pelos EUA ou pela Europa. Em 12 de fevereiro, o embaixador dos EUA no Chile, Brandon Judd, expressou preocupação com o “Chile-China Express”, afirmando que os projetos de cabos submarinos com a China trazem riscos e que a segurança de dados é essencial para que o Chile e os EUA enfrentem juntos os desafios regionais. Em 20 de fevereiro, Washington anunciou restrições de visto a três funcionários do governo chileno que participaram do “Chile-China Express”, afirmando que o projeto vai “minar a segurança regional”, enfatizando que os EUA vão continuar a “promover a responsabilização de cidadãos chilenos que trabalham intencionalmente para desestabilizar nosso hemisfério”. Em nota, o governo chileno rechaçou as acusações estadunidenses e condenou a imposição de sanções pelos EUA, defendendo a soberania do país andino para tomar decisões estratégicas. O presidente chileno em exercício, Gabriel Boric, descreveu a medida como “arbitrária, unilateral e surpreendente”. Paralelamente, o episódio repercutiu na política doméstica chilena, levando a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados a convocar o chanceler e outros ministros para esclarecer a controvérsia. Em 3 de março, José Antonio Kast, presidente chileno eleito em dezembro de 2025, com posse prevista para o dia 11 de março, anunciou a interrupção das conversas de transição com Gabriel Boric por não confiar nas informações transmitidas pelas atuais autoridades sobre o projeto “Chile-China Express”. A interrupção das conversas de transição entre o governo eleito e o governo em exercício é um fato inédito desde a redemocratização do Chile, na década de 1990.

**Fontes:** [U.S. Department of State](#), 20/03/2026; [Min. Rel. Ext. Chile](#), 20/03/2026; [El País](#), 20/03/2026; [La Tercera](#), 25/03/2026; [CNN Brasil](#), 03/03/2026.

## Uruguai amplia presença global com liderança no G77 e aproximação com a China

O mês de janeiro e fevereiro no Uruguai foram marcados por avanços significativos na agenda multilateral do país. Em janeiro, o Uruguai assumiu, pela primeira vez em sua história, a presidência pro tempore do G77, um dos principais espaços de articulação entre os países em desenvolvimento no âmbito da ONU. Em seu discurso, realizado no dia 14 de janeiro, Mario Lubetkin, ministro das Relações Exteriores, afirmou que o país trabalhará para garantir a continuidade, a coerência e o acompanhamento efetivo dos interesses do grupo, além de buscar “fortalecer a voz dos países em desenvolvimento no cenário internacional”. Ressaltou também o papel do Uruguai como promotor da paz e facilitador do diálogo entre as nações, destacando que o “se destaca no sistema das Nações Unidas por sua contribuição para a paz”. Nesse contexto, o ministro apontou alguns eixos prioritários para a atuação uruguaia: a redução das desigualdades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; o fortalecimento da representação dos países em desenvolvimento nas instituições financeiras internacionais e bancos multilaterais; e a promoção de uma governança global responsável no setor de tecnologia. A liderança no G77 representa um esforço do Uruguai para reforçar o multilateralismo e ampliar sua projeção internacionalmente. Entre os dias 1 a 7 de fevereiro, o presidente Yamandú Orsi e sua delegação realizaram uma visita oficial à China, no marco das celebrações dos 38 anos de relações diplomáticas entre os países. Durante o encontro, foram assinados mais de trinta acordos em setores como economia, finanças, ciência, cultura e educação. As partes também concordaram em fortalecer e aprofundar a Associação Estratégica Integral — o mais alto nível de relacionamento diplomático estabelecido por Pequim, que sinaliza uma parceria ampla, estruturada e de longo prazo em diversas áreas — reafirmando “os consensos comuns sobre a sincera amizade e a sólida confiança política existentes, baseadas nos princípios de igualdade, benefícios mútuos e interesses compartilhados”. No discurso de Orsi, a relação com a China foi descrita como uma “política de Estado” e o principal sócio comercial, responsável por aproximadamente 26% das exportações uruguaias. Por sua vez, Xi Jinping afirmou que as relações com o país sul-americano permanecem estáveis independente da situação

internacional e “trata-se com respeito mútuo e em procura de cooperação mutuamente benéfica”. Ambos os líderes manifestaram interesse em dar continuidade às negociações para a criação de uma área de livre comércio entre Mercosul e China. No âmbito da CELAC, cuja presidência pro tempore será assumida pelo Uruguai em março de 2026, foi ressaltada a disposição de Montevideu “em cooperar estreitamente para aprofundar a relação birregional entre China-América Latina e Caribe”. Após sua visita à China, o governo uruguaio declarou que solicitará formalmente a sua adesão à Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), um dos maiores blocos comerciais do mundo, composto por 15 países da região Ásia-Pacífico. A iniciativa insere-se na estratégia uruguaia de diversificar e expandir seus vínculos comerciais para além dos mecanismos já estabelecidos no âmbito do Mercosul. Orsi apresentou a iniciativa ao empresariado uruguaio como um cenário de “esperança, análise e avaliação”, sinalizando que o processo ainda se encontra em fase de reflexão e estudo.

**Fontes:** [Min. Rel. Ext. Uruguai](#), 14/01/2026; [El Observador](#), 14/01/2026; [La Diaria](#), 14/01/2026; [El Observador](#), 03/02/2026; [UyPress](#), 03/02/2026; [La Diaria](#), 08/02/2026.

## Argentina e Estados Unidos reforçam seus laços comerciais e diplomáticos

Em janeiro e fevereiro de 2026, a relação entre Estados Unidos e Argentina se intensificou. Uma das principais iniciativas ocorreu no dia 5 de fevereiro, com a assinatura de um acordo de comércio e investimentos recíprocos, que prevê a redução de tarifas sobre milhares de produtos, amplia o acesso argentino ao mercado estadunidense e inclui compromissos sobre propriedade intelectual. Uma segunda medida, firmada no dia 10 de fevereiro pelo presidente Donald Trump, amplia a cota tarifária para importações de carne bovina argentina, elevando para 80 mil toneladas a quantidade de carne magra que pode entrar nos EUA com tarifas reduzidas em 2026. Essa iniciativa visa aumentar a oferta interna e reduzir preços para consumidores, mas enfrenta críticas de pecuaristas estadunidenses, que temem perder mercados. Apesar do governo argentino celebrar os potenciais ganhos, o pacto tende a ampliar o papel do país sul-americano como fornecedor de matérias-

primas e de importador de produtos industriais, bem como impõe obrigações mais rígidas para a Argentina, ao flexibilizar os controles de qualidade em setores estratégicos como o farmacêutico e o automotivo. Além de estreitarem as relações comerciais, Washington auxiliou mais uma vez o governo de Javier Milei a cumprir seus compromissos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). No dia 2 de fevereiro, a Argentina adquiriu cerca de US\$ 4 bilhões em ativos financeiros dos Estados Unidos, com o objetivo de organizar fluxos de liquidez e estruturar o pagamento de obrigações. A aproximação entre os dois países tem se intensificado também do ponto de vista político-diplomático. No dia 19 de fevereiro, Milei participou do Conselho de Paz de Gaza, uma iniciativa diplomática organizada por Trump para construir um novo arranjo político e institucional para a Faixa de Gaza após o conflito recente na região, sem a participação de representantes da Palestina e da Organização das Nações Unidas (ONU). Em seu discurso, Milei destacou que sua política externa visa a construir uma “nova Argentina”, alinhada com valores de liberdade, propriedade e livre comércio, reforçando laços com Washington e a participação de seu país em iniciativas globais de paz. Por fim, vale mencionar a visita de uma delegação de legisladores dos EUA à Patagônia, ocorrida no dia 26 de janeiro. O encontro gerou críticas no cenário interno argentino, já que autoridades da província da Terra do Fogo, que é governada pela oposição peronista, alegaram não terem sido avisadas da visita. A região é estratégica, dentre outros motivos, por ser um ponto logístico essencial para expedições científicas e operações internacionais no continente antártico. Especula-se que esteja em andamento uma negociação para que os Estados Unidos atuem conjuntamente na base naval que está sendo construída na região. Contudo, o governo Milei nega tal informação.

**Fontes:** [Carta Capital](#), 03/03/2026; [El País](#), 05/02/2026; [Infomoney](#), 07/02/2026; [Noticias Argentinas](#), 19/02/2026; [Primeras Líneas](#), 02/02/2026.

## Congresso argentino aprova lei que restringe direitos trabalhistas

No dia 27 de fevereiro, o Congresso argentino aprovou a Lei de Modernização Laboral, um novo arcabouço jurídico que flexibiliza o mercado de trabalho, introduzindo alterações em vários pontos centrais

das relações entre empregados e empregadores. Entre as principais mudanças estão a possibilidade de expandir a jornada diária de trabalho de 8 para até 12 horas, modificações nas regras de férias, alterações no cálculo de indenizações por demissão, a criação de um Fundo de Assistência Trabalhista financiado pelos empregadores e a redução do papel das convenções coletivas em favor de negociações diretas entre patrões e trabalhadores. Além disso, a lei limita o direito de greve em serviços essenciais e busca tornar mais ágil o processo de contratação e demissão, com o objetivo de atrair investimentos, reduzir a informalidade e aumentar a produtividade no mercado formal. Centrais sindicais, como a Confederação Geral do Trabalho (CGT), convocaram greves nacionais e marchas em frente ao Congresso, mobilizando milhares de trabalhadores, que bloquearam vias e foram confrontados violentamente pelas forças de segurança, com o uso de canhões de água e de gás lacrimogênio. O governo de Javier Milei, que impulsionou a medida, deve promulgar a lei, que entrará em vigência dez dias úteis após a sua promulgação. Contudo, a medida está sendo contestada judicialmente, já que não há consenso se diz respeito apenas aos contratos firmados após sua entrada em vigor ou se também afetará os contratos que já estavam em andamento. Alguns especialistas em Direito Constitucional sugerem que ela se aplicaria a todos, já que o texto legal não explicita nenhuma ressalva. Outros constitucionalistas, contudo, divergem dessa interpretação argumentando que se trata de uma reforma que reduz a proteção jurídica dos trabalhadores e, portanto, não poderia ser aplicada retroativamente aos contratos já existentes. Esta posição se fundamenta no princípio constitucional da progressividade e da não regressividade, segundo o qual o Estado não pode retroceder na garantia de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Assim, em casos como demissões sem justa causa, deveria prevalecer, para contratos em curso, o regime mais favorável vigente quando o contrato foi celebrado.

**Fontes:** [Buenos Aires Herald](#), 12/02/2026; [G1](#), 19/02/26; [AP News](#), 20/02/26; [Reuters](#), 27/02/26; [La Nación](#), 03/03/2026.

## **Congresso destitui outro presidente e reforça ciclo de instabilidade e desconfiança no Peru**

Os meses de janeiro e fevereiro marcaram mais um momento crucial para a crise política no Peru. No dia 27 de janeiro, quatro partidos apresentaram, no Congresso, uma moção de vacância para destituir o então presidente da República, José Jerí. A vacância presidencial, aprovada por ampla maioria no dia 17 de fevereiro, foi justificada pela alegação de incapacidade moral, associada a denúncias de reuniões não transparentes com empresário chinês no Palácio de Governo, em Lima. Jerí havia assumido a presidência após a destituição de Dina Boluarte em outubro do ano passado, mantendo a lógica recente de quedas presidenciais, sucessões indiretas e governos de curta duração. A nova interrupção eleva o número de presidentes para oito em menos de uma década e sinaliza a persistência de um conflito estrutural entre Executivo e Legislativo. A destituição ocorre em meio a níveis historicamente baixos de confiança pública nas instituições. Pesquisas recentes indicam desaprovação massiva ao Congresso (87%, segundo pesquisa do Instituto de Estudos Peruanos - IEP) e reduzido interesse da população nas eleições previstas para abril (somente 27% da população respondeu estar interessada no pleito de abril, também de acordo com o IEP), sugerindo um cenário de desafeição política generalizada. Após a saída de Jerí, o Congresso elegeu, internamente, o deputado José María Balcázar como novo presidente do Legislativo, posição que o levou automaticamente à chefia interina do Executivo, conforme prerrogativa constitucional. A escolha, contudo, foi acompanhada de controvérsias, incluindo a repercussão de polêmicas declarações passadas do presidente. Além de interna, a crise peruana também apresentou dimensões regionais. No dia 24 de janeiro, o Brasil assumiu a representação diplomática do México em Lima, após o asilo concedido pelo governo mexicano à ex-primeira-ministra Betsy Chávez, condenada por golpe de estado em novembro de 2025, episódio que levou ao rompimento das relações entre Lima e Cidade do México. Contudo, o Brasil não poderá tratar de assuntos consulares e econômicos em nome do México.

**Fontes:** [La República](#), 25/01/2026; [La República](#), 26/01/2026; [La República](#), 26/01/2026; [La República](#), 17/02/2026; [La República](#), 17/02/2026; [La República](#), 18/02/2026; [La República](#), 18/02/2026; [La República](#),

18/02/2026; [La República](#), 18/02/2026.

## Tensão comercial e política interna marcam o início de 2026 no Equador

No dia 21 de janeiro de 2026, o presidente do Equador, Daniel Noboa, anunciou a imposição de uma tarifa de 30% sobre as importações provenientes da Colômbia, medida que passou a vigorar em 1º de fevereiro. O governo justificou a ação alegando falta de cooperação de Bogotá no combate ao narcotráfico ao longo da fronteira compartilhada, incluindo o recuo de tropas colombianas de setores fronteiriços. A decisão desencadeou uma escalada de tensões comerciais entre os dois países. Em resposta, o governo colombiano anunciou tarifas recíprocas de 30% sobre cerca de 20 produtos equatorianos e suspendeu as exportações de energia elétrica para o Equador. Quito reagiu elevando de US\$ 3 para US\$ 30 a tarifa cobrada pelo uso do sistema de oleodutos para o transporte de petróleo colombiano pelo território equatoriano, em um movimento que aprofundou as disputas econômicas bilaterais. No início de 2026 também se observou uma forte ofensiva do governo contra figuras de oposição ligadas ao partido Revolución Ciudadana e ao ex-presidente Rafael Correa. Em 27 de janeiro, o prefeito de Guayaquil, Aquiles Álvarez, foi detido sob a acusação de envolvimento em lavagem de dinheiro e evasão fiscal, em um caso de grande repercussão pública e judicial no país. No dia 30 de janeiro, Luisa González e Andrés Arauz foram convocados pelo Tribunal Contencioso Eleitoral, após denúncias de irregularidades nas contas da campanha presidencial de 2023. As acusações feitas após o depoimento do ex-parlamentar Santiago Díaz Asque, que afirmou ter transportado dinheiro da Venezuela ao Equador por ordem de Rafael Correa para financiar a candidatura de González e Arauz. No dia 18 de fevereiro, o presidente do Conselho de Judicatura, órgão de fiscalização do Poder Judiciário, Mario Godoy, também vinculado ao correísmo, foi destituído pela Assembleia Nacional, mesmo tendo renunciado ao cargo horas antes.

**Fontes:** [France 24](#), 21/01/2026; [El País](#), 22/01/2026; [France 24](#), 27/01/2026; [Expreso](#), 30/01/2026; [Ecuavisa](#), 30/01/2026; [El Diario](#), 01/02/2026; [Primicias](#), 11/02/2026; [Primicias](#), 12/02/2026; [DW](#), 19/02/2026; [El País](#), 22/02/2026.

## Depois de 26 anos, acordo Mercosul-União Europeia é assinado

Durante o mês de janeiro, as negociações para a conclusão do Acordo Mercosul-UE passaram por uma etapa decisiva. Entre os dias 7 e 9, a Comissão Europeia propôs um suporte de 45 bilhões de euros aos agricultores da Itália, que ainda se mostrava reticente ao acordo, o que provocou uma mudança de postura do país em direção ao “sim”. Depois, foi anunciada a aprovação provisória dos embaixadores da UE ao texto, o que abriu espaço para o encontro da presidenta da Comissão, Ursula von der Leyen, com o presidente Lula da Silva, no dia 16, no Rio de Janeiro. No dia 17, os chefes de Estado e embaixadores sul-americanos e europeus se reuniram em Assunção, no Paraguai, para a cerimônia de assinatura do acordo, após 26 anos de tratativas birregionais. Participaram do evento os presidentes do Paraguai, Santiago Peña, da Argentina, Javier Milei, do Uruguai, Yamandú Orsi, e da Bolívia, Rodrigo Paz, além do Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira. Durante o evento, autoridades dos dois lados celebraram a conclusão dessa fase e a abertura de uma nova etapa das relações, com base no desenvolvimento sustentável, diálogo mútuo, multilateralismo e compromisso com o comércio internacional. A aceitação pelo lado europeu, no entanto, ainda enfrenta resistências. No dia 21, o Parlamento Europeu decidiu por 334 favoráveis, 324 contrários e 11 abstenções enviar os termos do tratado para avaliação do Tribunal de Justiça da União Europeia. O objetivo da ação, motivada pelo posicionamento francês, é avaliar se o acordo respeita as normas e os fundamentos jurídicos do bloco. Essa decisão impede que o acordo entre em vigor de modo definitivo, embora exista a possibilidade de uma aplicação provisória. Após a aprovação dos legislativos de Argentina e Uruguai, os próximos passos para a ratificação plena do acordo incluem sua aprovação pelo Parlamento Europeu e pelos demais países do Mercosul.

**Fontes:** [CNN Brasil](#), 7/01/2026; [Agência Brasil](#), 9/01/2026; [Agência Brasil](#), 16/01/2026; [BBC News](#), 17/01/2026; [Agência Brasil](#), 17/01/2026; [Carta Capital](#), 21/01/2026.

## Parlamentos de Argentina e Uruguai ratificam texto do Acordo Mercosul-UE

No dia 13 de fevereiro, a Câmara dos Deputados da Argentina aprovou o texto do Acordo Mercosul-UE por 203 votos favoráveis, 42 contrários e 4 abstenções. Segundo informações, o objetivo do governo de Javier Milei era o de garantir acesso dos produtos agropecuários produzidos no país ao mercado europeu, levando uma vantagem competitiva sobre os demais parceiros sul-americanos, como o Brasil. Apesar de terem criticado a celeridade da votação e o impacto do dispositivo sobre a indústria argentina, parte dos deputados da oposição também votaram a favor do texto. No dia 26, o dispositivo foi aprovado no Senado argentino, com 69 votos a favor, 3 contra e nenhuma abstenção. Já no Senado do Uruguai, a aprovação foi unânime, respaldada pela Frente Ampla, mas com ressalvas do Partido Nacional, que destacou a necessidade de proteger a indústria nacional, e do Partido Colorado, que criticou a falta de cooperação e de acordo político entre os parlamentares. Na Câmara, o acordo foi aprovado por 91 votos favoráveis e 2 contrários, o que colocou o Uruguai na posição de primeiro país a ratificá-lo no Mercosul. No Brasil, uma votação simbólica foi realizada dia 25 no Congresso Nacional, após parecer favorável da representação brasileira no Parlasul (Parlamento do Mercosul). No Congresso, a oposição, liderada pelos partidos REDE-PSOL, votou contrariamente alegando que o acordo contribuirá para a reprimarização da economia brasileira e quebra da indústria local. A etapa seguinte, tal como na Argentina e no Uruguai, envolve a análise e a aprovação dos senadores. No Paraguai, o texto já se encontra em tramitação no Legislativo e deve ser apreciado assim que o período parlamentar começar. No fim do mês, a Comissão Europeia anunciou que seguirá a aplicação provisória do acordo depois que obtiver o parecer do Parlamento Europeu, de modo a garantir a “vantagem do pioneirismo”, segundo Ursula von der Leyen.

**Fontes:** [El País](#), 12/02/2026; [Agência Brasil](#), 25/02/2026; [ANSA Latina](#), 25/02/2026; [El País Uruguay](#), 26/02/2026; [El Economista](#), 26/02/2026; [Mercosul](#), 26/02/2026; [G1](#), 27/02/2026.

## Presidente da Guiana recebe homenagem em Roraima e propõe criação de força-tarefa conjunta

No dia 9 de fevereiro, o presidente guianês, Irfaan Ali, viajou até Roraima para receber a Comenda Forte São Joaquim, a homenagem mais importante concedida pelo estado. Na ocasião, a honraria foi entregue pelo governador Antonio Denarium em reconhecimento ao papel do país vizinho como parceiro fundamental no desenvolvimento social e econômico de Roraima. Ainda durante a estadia, Ali visitou as instalações da Eneva, empresa brasileira que fornece serviços de energia para o estado de Roraima. Ademais, Ali também propôs a criação de uma patrulha de segurança fronteiriça formada pela Guiana, pelo estado de Roraima e pelo Suriname, a fim de criar estruturas de inteligência compartilhada em prol do combate ao crime transfronteiriço no Escudo das Guianas. Essa proposta marca uma pretensa parceria entre dois Estados soberanos e um ente federativo. No dia 2 de fevereiro, o Ministro das Relações Exteriores, Negócios Internacionais e Cooperação Internacional do Suriname, Melvin Bouva, visitou o Brasil para comemorar os 50 anos de amizade entre os países. Durante a visita, Melvin ressaltou que Brasil e Suriname são países com grandes florestas, e que este marco representaria oportunidade para o fortalecimento da parceria bilateral.

**Fontes:** [MRE-Brasil](#), 30/01/2026; [GOV-Suriname](#), 05/02/2026; [Portal-RR](#), 10/02/2026; [Demerara Waves](#), 11/02/2026.

